



Publicado em 22/01/2018  
Diário oficial dos Municípios de SC  
Edição Nº 2436 Pág: 1.114

## Prefeitura de Timbó

### MUNICÍPIO DE TIMBÓ

#### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ – TIMBOPREV

#### RESOLUÇÃO TIMBOPREV Nº 01 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre o valor do teto para concessão dos benefícios de Salário-Família e Auxílio Reclusão, pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Timbó - TIMBOPREV, aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, a contar de 1º de janeiro de 2018.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso VII da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, com fundamento nos arts. 28 e 45 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011 e alterações posteriores, Portaria MF nº 15 de 16/01/2018 e;

Considerando que os arts. 28 e 45 da Lei Municipal 411/2011 estabelecem que o valor do teto para concessão dos benefícios de salário família e auxílio reclusão serão aqueles fixados em Lei Federal;

Considerando que na data de 17/01/2018 foi publicada no DOU a Portaria MF nº 15 de 16/01/2018 do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social – RPS;

#### INFORMA:


1. A partir do dia 1º de janeiro de 2018 o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade, é de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com remuneração ou proventos mensais não superiores a R\$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).
2. Todas as importâncias que integram a remuneração ou os proventos serão consideradas como parte integrante da remuneração do mês, exceto o 13º salário e o adicional de férias previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal de 1998, para efeito de definição do direito à cota do salário-família.



## Prefeitura de Timbó

3. O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018, será devido aos dependentes do(a) segurado(a), cuja remuneração ou proventos seja igual ou inferior a R\$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).
4. Fica revogada a Resolução TIMBOPREV nº 01, de 17/01/2017.
5. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

TIMBÓ, 17 de janeiro de 2018.

  
CARMELINDE BRANDT  
Diretora Administrativa-Financeira  
TIMBOPREV



Considerando a sentença proferida junto aos autos do processo nº 0302944-72.2016.8.24.0073;

**RESOLVE:**

Art.1º EXTINGUIR, o benefício de Pensão por Morte de ISABELA LAIS PRADE SCOZ, brasileira, nascida em 17 de dezembro de 1997, portadora do CPF sob nº 057.773.499-78, RG nº 5.921.143, concedido através da Portaria TIMBOPREV Nº 208, de 15 de dezembro de 2016, em virtude da sentença proferida junto aos autos da Ação Judicial nº 0302944-72.2016.8.24.0073, a contar de 01/01/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de janeiro de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**RESOLUÇÃO TIMBOPREV Nº 01 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1494804

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ – TIMBOPREV

RESOLUÇÃO TIMBOPREV Nº 01 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre o valor do teto para concessão dos benefícios de Salário-Família e Auxílio Reclusão, pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Timbó - TIMBOPREV, aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, a contar de 1º de janeiro de 2018.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso VII da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, com fundamento nos arts. 28 e 45 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011 e alterações posteriores, Portaria MF nº 15 de 16/01/2018 e;

Considerando que os arts. 28 e 45 da Lei Municipal 411/2011 estabelecem que o valor do teto para concessão dos benefícios de salário família e auxílio reclusão serão aqueles fixados em Lei Federal;

Considerando que na data de 17/01/2018 foi publicada no DOU a Portaria MF nº 15 de 16/01/2018 do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social – RPS;

**INFORMA:**

1. A partir do dia 1º de janeiro de 2018 o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade, é de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com remuneração ou proventos mensais não superiores a R\$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).
2. Todas as importâncias que integram a remuneração ou os proventos serão consideradas como parte integrante da remuneração do mês, exceto o 13º salário e o adicional de férias previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal de 1998, para efeito de definição do direito à cota do salário-família.
3. O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018, será devido aos dependentes do(a) segurado(a), cuja remuneração ou proventos seja igual ou inferior a R\$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).
4. Fica revogada a Resolução TIMBOPREV nº 01, de 17/01/2017.
5. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

TIMBÓ, 17 de janeiro de 2018.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira

TIMBOPREV